

# Ulysses propõe trégua ao Governo

Assim o Planalto e a Constituinte podem trabalhar em paz, diz ele

Uma proposta de armistício entre o Governo e a Constituinte. Foi isso que fez ontem o presidente Ulysses Guimarães, certo de que só assim o Governo poderá trabalhar e a Constituinte chegar ao fim, num ambiente de compreensão que deve ser criado com a colaboração de todos. Para ele, o relacionamento entre os dois deve ser construtivo, ainda que haja críticas das duas partes.

Ulysses falou ontem pouco depois de ouvir no plenário o líder do Governo Carlos Sant'Anna, reclamar do contraditório existente no plenário, onde o ataque não só ao Governo mas à própria figura do presidente José Sarney ficavam sem resposta. E sugerir que se encontre meios de assegurar o direito de resposta, numa crítica que já havia feito antes aos jornalistas.

Ulysses, disse estar certo de que também é propósito do presidente José Sarney criar um relacionamento construtivo com a Constituinte, mesmo quando existirem as críticas. — "Não aproveita a ninguém criar um relacionamento turvo difícil e áspero" — prosseguiu o deputado, lembrando que "isso não beneficia a ninguém".

Ele está certo de que esse é ainda o propósito de todos os brasileiros bem intencionados e que a própria conduta do presidente José Sarney falam no sentido de criar um ambiente construtivo.

Bem humorado, a ponto de brincar com os jornalistas que a sua tosse, no decorrer da entrevista, não era proposital nem sinônimo de que estava querendo encerrar as indagações, o presidente Ulysses Guimarães chegou a demonstrar esperanças de que na sessão convocada para hoje, 9 horas, possa completar o número de 280 presenças, a fim de permitir as votações. Afinal, brincou, hoje (ontem) faltaram só cinco ou seis.

Revelou que tomará algumas providências com relação a ausências de constituintes no plenário, mas disse também que a medida principal e mais energética é a sanção da opinião pública: "essa é a grande medida na vida pública, quando aplaudem ou censuram". O deputado Ulysses Guimarães disse que tem um verdadeiro arsenal de sugestões para punir os faltosos, que examinará no final de semana,

entre as reuniões das quais vem participando com vista à formalização de acordos sobre os temas polêmicos, como a estabilidade.

No seu entender, os apelos e a própria pressão, inclusive familiar, poderão surtir efeito para aumentar o número de constituintes em plenário. E acredita que hoje dê para votar porque foi informado de que muitos estão chegando à cidade. Depois, resumiu: "há uma série de idéias que podemos adotar, mas é preciso que haja número, senão é impossível votar".

O presidente da Constituinte adiantou que tomará algumas providências visando agilizar os trabalhos. Todavia, assinalou que a apresentação de preferências para as votações, as pequenas comunicações e a comunicação de liderança não devem ser suprimidas porque, se o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte é fundamental, ela também é o pulmão da Nação e deve servir a um líder ou parlamentar que precise de fazer uma denúncia de um fato grave: "o foro competente é aqui".

Deste modo, está disposto a fazer com que esses procedimentos de praxe sejam realizados pela manhã, logo no início da sessão, deixando o restante do tempo, inclusive da tarde e da noite, só para a Constituinte.

Falando a respeito das negociações da estabilidade; disse o presidente Ulysses Guimarães que tem conversado com diversos líderes, como fez na sexta-feira à noite, por duas horas, com o senador Mário Covas. Está informado também de que o Centrão busca uma fórmula conciliatória de modo a resolver os interesses dos patrões e empregados. Entretanto, lembrou que as relações do capital com o trabalho sempre foram, em todo o mundo, difíceis e envolvendo aspectos sérios e conflitantes.

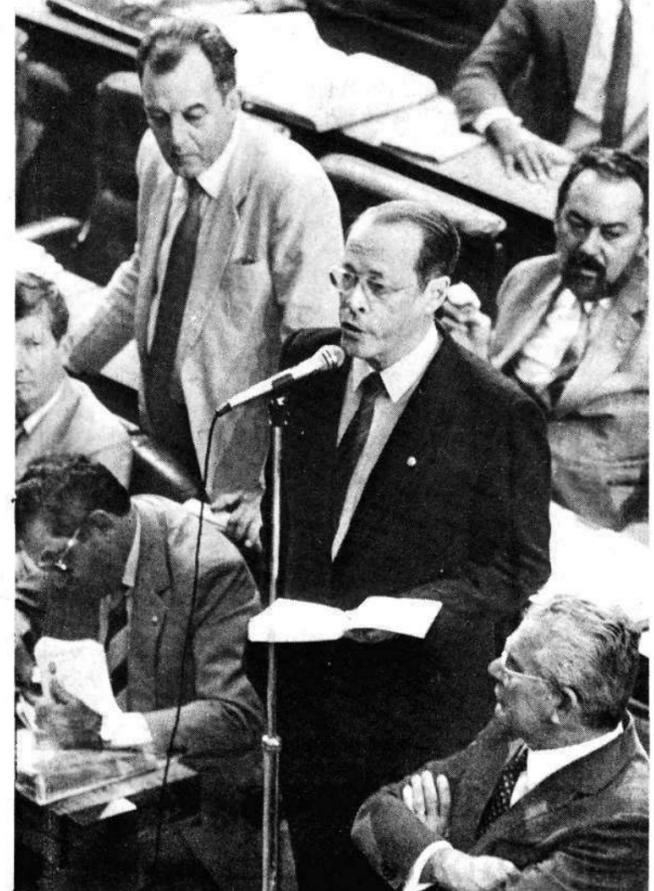
Estamos propondo um texto que atenda às duas partes, mas a idéia fundamental é remeter analiticamente o assunto para a legislação ordinária, informou ainda o deputado Ulysses Guimarães, prevendo que o acordo em torno da estabilidade seja fechado no final de semana, usando para isso as 20 emendas apresentadas, e de modo a que na próxima semana o tema possa ser votado em plenário.

GIVALDO BARBOSA



Ulysses fez sua proposta de armistício em resposta a pronunciamento do líder Sant'Anna no Plenário

GIVALDO BARBOSA



## PMDB sabe que campo está minado

TARCÍSIO HOLANDA  
Repórter Especial

O pronunciamento de sexta-feira do presidente José Sarney, em seu programa "Conversa ao pé do rádio", reforçou a convicção das principais lideranças do PMDB de que está em articulação um projeto contra a Assembléia Nacional Constituinte, que o ministro Antônio Carlos Magalhães teria tornado explícito ao preconizar que fosse zerado o trabalho de elaboração de novo texto constitucional, até aqui realizado.

Apesar das preocupações causadas pelas sucessivas manifestações do Presidente da República e de alguns dos seus mais íntimos auxiliares, a cúpula do PMDB — de Ulysses Guimarães aos líderes Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas — está informada de que é de relativa tranquilidade a situação na área militar, não se acreditando que os ministros militares venham a apoiar qualquer ação fora da legalidade.

### OFENSIVA

Em reuniões promovidas nos últimos dias, para análise da situação, Ulysses e as principais lideranças do PMDB não apenas concordaram em que existem fatores potenciais para detonar uma crise intencional como acertaram pontos de uma estratégia destinada a reduzir esses focos de tensão política.

Diante da convicção de que o Governo já não esconde a sua antipatia pela Constituinte, a cúpula do PMDB está advertida de que aquela Assembléia terá de agir com grande tato e competência em algumas decisões fundamentais, para evitar que venha a se estabelecer aliança institucionalmente explosiva, que se daria naturalmente por

uma convergência de interesses entre o Governo, militares e as lideranças empresariais mais expressivas de São Paulo.

Se a Constituinte tomar uma decisão que assegure a indissolubilidade do vínculo empregatício terá lavrado a sua própria sentença de morte, segundo a visão de Ulysses e Cardoso. Os empresários, a partir de suas lideranças paulistas, estabeleceriam aliança com o governo e os militares para inviabilizar a nova carta constitucional ainda em preparo.

As lideranças mais importantes do PMDB, a começar por Fernando Henrique e Mário Covas, julgam indispensável conseguir uma fórmula que desestimule a alta rotatividade no mercado de trabalho, sem retirar da empresa o direito que os empresários consideram sagrado de dissolver o vínculo empregatício, em determinados casos.

Ainda há dois outros pontos delicados que merecem as atenções das principais lideranças do PMDB, principalmente de Ulysses e Fernando Henrique Cardoso. O mais explosivo deles, no momento, diz respeito aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada no Senado, para apurar denúncias de corrupção.

Alguns dos seus integrantes, motivados por repentino sentimento oposicionista, estavam dominados pelo ânimo de realizar verdadeira devassa na administração pública, começando a investigação pelos mais altos escalões burocráticos — os Ministérios. Alguns chegavam a admitir a convocação do secretário particular do Presidente da República e seu ex-gero, Jorge Murad.

Esses fatos irritaram o Governo, particularmente o Presidente da República, justificando a comparação

da referida CPI com a IPM presidida pelo Coronel Adil de Oliveira na Base Aérea do Galeão, nos idos de 54, para apurar o assalto do Major Rubens Vaz, o que acabou provocando o suicídio de Getúlio Vargas.

O IPM do Coronel Adil de Oliveira convocou para depor o então Secretário de Segurança do Rio, Benjamin (Bejo) Vargas, irmão de Getúlio, agravando a crise político-militar cujo desfecho foi o suicídio do então Presidente da República. Atento à delicadeza do momento, Ulysses recomendou a Fernando Henrique que acompanhe cada passo da CPI da corrupção, evitando que ela venha a oferecer pretextos para o agravamento da situação política.

Outro item delicado diz respeito à questão da anistia. A alta hierarquia militar ficou satisfeita com dispositivo aprovado pela Comissão de Sistematização, excluindo cabos e marinheiros. A aprovação desse artigo pelas lideranças do PMDB valeu alguns insultos e ameaças atirados pelos interessados, das galerias, contra muitos dos parlamentares do PMDB, principalmente Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

A palavra de ordem é homologar aquela decisão, atendendo ao pleito dos chefes militares. Ulysses e as mais importantes lideranças do PMDB estão advertidas para a possibilidade de os interessados voltarem ao movimento de pressão sobre os constituintes a fim de alterar a decisão anteriormente adotada.

A situação militar é considerada de relativa tranquilidade pelas principais lideranças do PMDB, não se acreditando na possibilidade de êxito de qualquer aventura golpista. A inquietação que existe no meio militar, e que já resultou em alguns pronun-

ciamentos de oficiais, é a mesma que se registra nas diferentes classes sociais. Há preocupação com denúncias de corrupção não suficientemente esclarecidas e principalmente com a impunibilidade de alguns personagens envolvidos nesses rumores.

Os ministros militares não escondem seus receios com a realização de eleições este ano para escolha de novo Presidente da República, tendência que parece se consolidar na maioria dos constituintes, a esta altura. Receiam que as eleições contribuam para agravar a crise econômica, provocando a temida e, para muitos, iminente hiperinflação.

Durante o carnaval, o senador Fernando Henrique Cardoso teve oportunidade de manter longas conversações com o general Loôndis Pires Goçalves, ministro do Exército, numa ilha em Angra dos Reis de propriedade de Eduardo Magalhães Pinto, as quais serviram para fortalecer sua convicção de que é tranqüila a situação militar.

O que agrava o nosso delicado processo de transição é o grande vácuo formado pelo arsenal das leis de exceção, que não podem ser aplicadas numa abertura liberalizante, e a falta de novos instrumentos institucionais. Por isso, Ulysses está certo quando erige como sua principal bandeira agilizar a elaboração do novo texto constitucional para que a promulgação se verifique o quanto antes.

O experimentado político paulista sabe que os que pleiteiam zerar o trabalho de elaboração da nova Carta estão a um passo da alternativa golpista, sempre sedutora em países da América Latina, e tentados quando esses países atravessam situações semelhantes à que o Brasil vive no momento.

## O QUE QUER DIZER

**armistício.** (Do lat. mod. armistitium, forjado à maneira de pax, solstitium e justitium.) S. m. 1. Suspensão das hostilidades entre beligerantes como resultado de uma convenção, sem contudo pôr fim à guerra; trégua: "aqueles ânimos, quebrados já pela miséria, pela fome e pela doença originada de tantos cadáveres insepultos, vergaram diante do iminente risco e deuseram as armas, erguendo as mãos e pedindo um armistício até a manhã seguinte, para se tratar da capitulação." Alexandre Herculano, História de Portugal, I, p. 393). 2. Suspensão de guerra.

**armistício.** S. m. Armistício.

**armistício.** S. m. Bras. Planta da família das quenopodiáceas, cujas folhas, comestíveis, têm propriedades semelhantes às do espinafre (q. v.); armoles.

**armistício.** S. f. Armistício.

**armistício.** (Part. de armistiar.) Adj. Heráld. Que tem brasão pintado.

É o que diz o "Aurélio":  
armistício significa a  
suspensão de hostilidades,  
mas sem por fim à guerra

## ACM quer ver o exemplo

"Acredito que o próprio presidente da Constituinte deve ser o primeiro a dar o exemplo de trégua e de respeito ao Poder Executivo, um poder que deve conviver em harmonia com o Legislativo", reagiu ontem o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, à proposta do deputado Ulysses Guimarães em favor de uma trégua entre Executivo e Constituinte para tranquilizar o clima político e viabilizar as votações.

"Vamos ver se o apelo do presidente Ulysses não fica apenas nas palavras" — comentou o ministro, para quem "ninguém pode ser contra o apaziguamento, sobretudo se é feito com

sinceridade e visando os altos interesses do País". Antônio Carlos condenou "setores do Legislativo" que atingem "injusta e grosseiramente" o Presidente da República. E justificou o revide, que tem partido tanto do presidente Sarney quanto de seus auxiliares diretos.

Ele considerou boa a proposta do deputado, desejando que elas se transformem em atos concretos, porque, na sua opinião, aqueles setores tentam criar um clima que dificulte a redução da inflação e a solução para a dívida externa. "Isso é demagogia de quem não quer encontrar o caminho certo da solução", protestou.

## Para Prisco não há guerra

"O Dr. Ulysses está equivocado. Não há necessidade de um armistício, porque não existe briga entre a Constituinte e o Governo". Com esta colocação, o ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, criticou ontem a proposta formulada pelo presidente da Constituinte, que sugeriu uma trégua ao presidente José Sarney.

Na opinião do Ministro, o Presidente não está "brilhando" com a Constituinte, mas sim criticando partes do texto já aprovadas. E isto, segundo ele, é um direito que ninguém pode negar ao Presidente da República.

O Ministro argumentou, ainda, que as críticas feitas por Sarney ao capítulo dos direitos individuais foram "úteis", na medida em que o próprio deputado Ulysses Guimarães admitiu rever o texto no segundo turno de votação.

Os constituintes deveriam se preocupar em aproveitar o tempo de trabalho da Assembléia para discutir o texto que será votado e não para atacar o governo — comentou Prisco Viana, lembrando que as sessões plenárias são mais utilizadas para discursos contra o Executivo do que para debater a proposta de Constituição.

## Tudo volta à estaca zero na estabilidade

Depois de mais uma rodada de reuniões realizadas ontem, a polêmica questão da estabilidade no emprego voltou praticamente à estaca zero, quando já se chegava quase a um pré-acordo calçado na emenda do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), com algumas modificações sugeridas pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE).

Em reunião-almoço na casa do presidente Ulysses Guimarães, que contou até com a presença dos ministros Aluizio Alves e Celso Furtado, os peemedebistas foram surpreendidos com nova proposta do Centrão, apresentada pelo deputado José Geraldo (PMDB-MG), pretendendo substituir "outros direitos", constantes no final do texto da emenda de Ronaldo César Coelho, por "outras sanções".

Para o PMDB, não há como fazer acordo em cima da nova proposta do Centrão. Por isso, o senador Mário Covas saiu da casa de Ulysses disposto a prosseguir com as consultas que já havia iniciado pela manhã, durante a votação em plenário, no sentido de conseguir que sua bancada apoie a fusão das propostas de Ronaldo Cé-



Ronaldo Cesar Coelho

sar Coelho e Virgílio Távora. Segundo ele, somente pela manhã já havia conseguido ouvir mais de 100 parlamentares e todos concordavam com o novo texto. A tarde, ele ia continuar com as consultas por telefone.

A emenda que está sendo trabalhada pelo PMDB tem a seguinte redação: "Relação de emprego garantida contra dispensa arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que assegurará indenização compensatória, sem prejuízo de outros direitos". Antes da fusão,

no lugar de "garantida" estava "protegida" e de "outros direitos", "benefícios".

As alterações propostas pelo Centrão foram sugeridas por um dos dois juristas que o grupo trouxe de São Paulo para assessorá-lo — Otávio Bueno Magano e Hugo Gueiros. Magano concordou com o texto apoiado pelo PMDB, mas Gueiros sugeriu a troca de "outros direitos" por "outras sanções", o que, para os peemedebistas, significa uma total inversão da questão. "Direitos são dos trabalhadores e sanções são do empresário. É simplesmente absurda essa proposta", disse Antônio Perversa (PMDB-SP), à saída da casa de Ulysses.

E enquanto o PMDB saía em busca de apoio da sua bancada para aquele texto, o Centrão reunia-se ontem à noite, na casa de Ricardo Fiuza (PFL-PE), para estudar novas alternativas para a questão, já que sua proposta fora praticamente rejeitada pelos peemedebistas. Covas afirmou ter consciência da necessidade de se chegar a um acordo, o que espera conseguir até segunda-feira ou manhã de terça-feira, no máximo.

## Esquerda fixa sua fórmula

Representantes dos partidos de esquerda e sindicalistas estiveram reunidos ontem à tarde com o relator Bernardo Cabral e os relatores adjuntos José Fogaça (PMDB-RS) e Konder Reis (PDS-SC), quando reafirmaram sua disposição de defender em plenário uma "proposta alternativa" para a questão da estabilidade.

A proposta, que teve o apoio do deputado Konder Reis, está sendo vista pelos parlamentares da área progressista como uma nova opção para entendimento e com amplas chances de ser aprovado pelo Plenário. O texto das esquerdas é o seguinte: "garantia da relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma de legislação complementar, que, sem prejuízo de outros direitos, disporá sobre a nulidade da rescisão contratual e os casos de conversão em indenização".

Na hipótese de um acordo sobre essa emenda, as esquerdas ainda querem que seja anotado nas disposições transitórias, desde já, o pagamento de indenização por tempo de serviço e multa dos depósitos do FGTS (um salário por ano mais 50% sobre o depósito do FGTS), enquanto não for regulamentada a matéria na legislação complementar.